

Direito Fundamental à Saúde Pública e Suplementar

Prostra

Amostra

Direito Fundamental à Saúde Pública e Suplementar

Coordenadores: Gilson Delgado Miranda
Mônica de Almeida Magalhães Serrano
Richard Pae Kim

Agamenon Alcântara Moreno Júnior
Aléxia Domene Eugenio
Ana Claudia Brandão de Barros Correia
Clenio Jair Schulze
Daiane Nogueira de Lira
Diego Viegas Veras
Éuric Khaúri Oliveira Cassiano
Fabio Fresca
Georghio Alessandro Tomelin
Grace Anny de Souza Monteiro
Graciela Amaya
Guilherme Cavalcanti Lamêgo

Henriqueta Fernanda C. A. Ferreira Lima
José Antonio Dias Toffoli
José Antonio Tedeschi
Juan Paulo Haye Biazevic
Kleber Leles de Souza
Luiz Fernando Silva Oliveira
Marco Antonio Martin Vargas
Mônica de Almeida Magalhães Serrano
Patricia Bueno Scivittaro
Richard Pae Kim
Roberta Maria Rangel
Wagner Roby Gídaro
Wendell Lopes Barbosa de Souza



ALMEDINA

Rio de Janeiro - 2025

Direito fundamental à saúde pública e suplementar

Copyright © 2025 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.

ALMEDINA é uma empresa do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2025 Gilson Delgado Miranda | Mônica de Almeida Magalhães Serrano | Richard Pae Kim.

ISBN: 978-85-8493-943-5

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M672

Direito fundamental à saúde pública e suplementar /
coordenação Gilson Delgado Miranda, Mônica de Almeida
Magalhães Serrano, Richard Pae Kim. 1. ed. -
Rio de Janeiro : Almedina Brasil, 2025.

464 p; 16,7 x 23 cm.

ISBN 978-85-8493-943-5

1. Direito à saúde. 2. Judicialização da saúde.
3. Saúde pública. 4. Saúde suplementar. 5. Políticas
públicas de saúde. 6. Precedentes judiciais.
7. Sistema Único de Saúde (SUS). I. Miranda, Gilson
Delgado. II. Serrano, Mônica de Almeida Magalhães.
III. Kim, Richard Pae. IV. Título.

CDU 344.046

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Contencioso tributário : Direito 34:336.2(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Grupo Editorial Alta Books

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editora-Chefe: Manuella Santos de Castro

Assistente Editorial: Francielle Regina

Vendas Governamentais: Cristiane Mutús

Diagramação: Merit Editorial



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419
www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouidoria: ouvidoria@altabooks.com.br



PREFÁCIO

É com grande honra que apresento aos leitores esta primorosa obra coletiva, produzida pela Escola Paulista da Magistratura, denominada «Direito fundamental à saúde pública e suplementar», organizada pelo desembargador Gilson Delgado Miranda, diretor da EPM, desembargadora Mônica de Almeida Magalhães Serrano e juiz Richard Pae Kim, em coautoria com personagens destacados do mundo jurídico – magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e de outros tribunais estaduais e federais, ministros das cortes superiores e renomados juristas.

Este livro, forjado pelas mãos de eruditos de notável saber e decorrente dos estudos realizados pelo núcleo de estudos em direito fundamental à saúde pública e suplementar da EPM, é um verdadeiro repositório jurídico de boas práticas, indispensável a todos os operadores do direito. Seus autores, pioneiros no direito, dedicaram anos de estudo e reflexão para trazer à luz um delineamento minucioso e perspicaz das normas que governam o direito à saúde em nossa nação.

O objetivo do trabalho foi reunir pensamentos, reflexões, propostas e comentários sobre a evolução dos direitos fundamentais à saúde, não só do direito social à saúde, mas também os direitos individuais à vida com qualidade, respeitando os limites e restrições constitucionais, legais e legítimos, diante de todo o contexto regulatório de nosso país e respeitando as experiências alienígenas.

Recomendo, com veemência, a leitura desta obra imprescindível a todos os estudantes, magistrados, promotores de justiça, advogados, operadores do direito e entusiastas das ciências jurídicas. Este livro, além de enriquecer o conhecimento técnico, ilumina o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao longo de suas páginas os leitores encontrarão não apenas um guia detalhado sobre o direito à saúde, mas, sobretudo, uma reflexão profunda sobre os valores e princípios que sustentam o ordenamento jurídico brasileiro.

Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia

Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

Amostra

NOTA DA COORDENAÇÃO

Temos a honra de apresentar ao leitor a obra “Direito fundamental à saúde pública e suplementar” como resultado das atividades realizadas pelo Núcleo de Estudos em Direito Fundamental à Saúde Pública e Suplementar da Escola Paulista da Magistratura durante o ano de 2024.

O presente trabalho centra-se em importantes questões sobre a judicialização da saúde pública e saúde suplementar, a se desdobrarem em dois eixos, envolvendo a garantia do direito fundamental à saúde para o bem-estar da população, com destaque à universalidade e equidade no acesso aos serviços médicos e de tratamento, com foco na prevenção e no tratamento de doenças na saúde pública; e, no que toca aos principais temas ligados à saúde privada, serviços fornecidos pelos planos de saúde e seguros-saúde, o sistema de justiça traz à reflexão as formas de integração, suplementar ou complementar, com o objetivo de promover um atendimento com maior eficiência e igualitário, sem se olvidar das grandes diferenças existentes entre os dois sistemas.

A presente obra reflete o desafio de enfrentar a complexidade do sistema de saúde brasileiro, evidenciando meios de compreensão e de delimitação. Alguns trabalhos desta obra trazem em seu bojo profunda preocupação com o desenvolvimento histórico do tema e explicitação de questões doutrinárias e jurisprudenciais atuais, inclusive decisões de caráter vinculante e instrumentos de relativização de precedentes judiciais, como o *overruling*.

A judicialização também acarreta alguns desafios financeiros e logísticos para o sistema de saúde, exigindo de todos um olhar atento para a formulação de políticas públicas que garantam uma abordagem mais eficiente, considerando, em tal ponto, as evidências científicas, como também equitativa e resolutiva para as necessidades da população, a envolver o enfrentamento das iniquidades sociais, sem depender exclusivamente das decisões judiciais.

Agradecemos a todos os colegas, juízas e juizes, que com muita dedicação tiveram participação ativa no Núcleo e, em particular, àqueles que nos brindaram com artigos para a presente publicação. Agradecemos, também, aos renomados palestrantes que nos deram a oportunidade de com eles debater em nossos encontros.

Consignamos as nossas homenagens e profunda gratidão aos eminentes professores Ministro André Mendonça (STF), Dr. Reynaldo Mapelli Júnior, Dra. Lenir Santos, Dr. Clenio Jair Schulze, Dr. Georghio Alessandro Tomelin, Dr. Diego Viegas Veras, Conselheira Daiane Nogueira de Lima (CNJ) e Ministro Dias Toffoli (STF).

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE PÚBLICA E SUPLEMENTAR

Expressamos nossa gratidão aos(às) eminentes autores(as) Ministro Dias Toffoli (STF), Roberta Maria Rangel e Éuric Khaúri Oliveira Cassiano; Aléxia Domene Eugenio; Ana Cláudia Brandão de Barros Correia; Clenio Jair Schulze e Daiane Nogueira de Lira; Diego Viegas Veras; Fabio Fresca; Georghio Alessandro Tomelin e Graciela Amaya; Grace Anny de Souza Monteiro; Guilherme Cavalcanti Lamêgo; Henriqueta Fernanda C. A. Ferreira Lima e Agamenon Alcântara Moreno Júnior; José Antonio Tedeschi; Juan Paulo Haye Biazevic; Kleber Leles de Souza; Luiz Fernando Silva Oliveira; Marco Antonio Martin Vargas; Mônica de Almeida Magalhaes Serrano; Patrícia Bueno Scivittaro; Richard Pae Kim; Wagner Roby Gídaró; e Wendell Lopes Barbosa de Souza, os quais gentilmente nos honraram com os seus trabalhos acadêmicos e que muito contribuíram com a qualidade desta obra coletiva.

Lembramos, enfim, que a publicação não seria possível sem o apoio do Conselho Consultivo e de Programas da EPM, da equipe da Imprensa da Escola Paulista da Magistratura e da Secretaria Administrativa.

Aproveitamos o ensejo para saudar o Excelentíssimo Senhor Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, ilustre Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que nos honra com o seu prefácio.

Por fim, esperamos que esta coletânea de artigos, sob o tema que encerra o seu primeiro ciclo do Núcleo de Estudos, propicie aos leitores novas reflexões ao contínuo respeito do direito fundamental à saúde dentro dos anseios de nossa sociedade e com integral respeito à Constituição Federal.

São Paulo, maio de 2025.

Gilson Delgado Miranda

Diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM)

Mônica de Almeida Magalhães Serrano

Desembargadora coordenadora do Núcleo de Estudos em Direito Fundamental à Saúde Pública e Suplementar

Richard Pae Kim

Juiz coordenador do Núcleo de Estudos em Direito Fundamental à Saúde Pública e Suplementar

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Sobre os coordenadores | 11 |
| Sobre os autores | 12 |
| 1. O Tema 1.234 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal sob a perspectiva do processo estrutural | 17 |
| José Antonio Dias Toffoli | |
| Roberta Maria Rangel | |
| Éuric Khaúri Oliveira Cassiano | |
| 2. A necessária intervenção judicial na concretização do direito fundamental à saúde e seus impactos no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de planos de saúde | 30 |
| Aléxia Domene Eugenio | |
| 3. A necessidade de proteção de dados de saúde nos processos judiciais | 50 |
| Ana Cláudia Brandão de Barros Correia | |
| 4. Judicialização da saúde e as evidências científicas | 74 |
| Clenio Jair Schulze | |
| Daiane Nogueira de Lira | |
| 5. Reconstrução dos caminhos até à Súmula Vinculante 60 e às teses do Tema 1.234 da sistemática da repercussão geral | 87 |
| Diego Viegas Veras | |
| 6. A superação do Tema 106 do STJ pelo Tema 6 do STF: análise da técnica do overruling na concessão de medicamentos não incorporados pelo SUS | 112 |
| Fabio Fresca | |
| 7. Tratamento de dados pessoais pelas farmácias brasileiras: desafios éticos em direito da saúde | 127 |
| Georghio Alessandro Tomelin | |
| Graciela Amaya | |
| 8. O acesso a medicamentos órfãos pelas pessoas com doenças raras e ultrarraras no Sistema Único de Saúde | 157 |
| Grace Anny de Souza Monteiro | |
| 9. A intervenção judicial como medida executiva e a coletivização das execuções de sentença em face de plano de saúde reiteradamente inadimplente | 192 |
| Guilherme Cavalcanti Lamêgo | |

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE
PÚBLICA E SUPLEMENTAR

| | |
|--|------------|
| 10. Da judicialização da saúde aos precedentes obrigatórios: uma análise do contexto brasileiro | 210 |
| Henriqueta Fernanda C. A. Ferreira Lima Agamenon Alcântara Moreno Júnior | |
| 11. A judicialização da saúde: reflexões | 235 |
| José Antonio Tedeschi | |
| 12. A importância do registro sanitário: análise crítica do Tema 500 do Supremo Tribunal Federal | 264 |
| Juan Paulo Haye Biazevic | |
| 13. Judicialização da saúde pública e efetividade da tutela jurisdicional: a evolução da jurisprudência dos tribunais superiores e a solidariedade mitigada dos entes federativos no fornecimento de medicamentos | 274 |
| Kleber Leles de Souza | |
| 14. Parto cesariana: direito da mulher ignorado pelo SUS? | 295 |
| Luiz Fernando Silva Oliveira | |
| 15. Os desafios impostos pelos movimentos de litigância predatória à luz do fenômeno da judicialização da saúde: a busca por soluções sustentáveis à gestão pública, democráticas e plurais | 310 |
| Marco Antonio Martin Vargas | |
| 16. O Sistema Único de Saúde e pacientes oncológicos sob a luz da jurisprudência dos tribunais | 338 |
| Mônica de Almeida Magalhães Serrano | |
| 17. O desequilíbrio econômico-financeiro das operadoras de planos de saúde como efeito da judicialização da saúde suplementar: fato ou retórica? | 365 |
| Patricia Bueno Scivittaro | |
| 18. Direito ao reembolso dos pacientes pelos planos de saúde: desafios e tendências | 388 |
| Richard Pae Kim | |
| 19. O sistema de saúde francês e a judicialização | 420 |
| Wagner Roby Gídaro | |
| 20. A expansão da responsabilidade civil por erro médico e a importância da mediação de conflitos para mitigação de danos na saúde | 436 |
| Wendell Lopes Barbosa de Souza | |

SOBRE OS COORDENADORES

Gilson Delgado Miranda

Doutorado em Direito pela PUC-SP.

Mestrado em Direito pela PUC-SP.

Graduado em Direito pela PUC-SP.

Professor assistente-doutor de graduação, especialização e mestrado da PUC-SP.

Diretor da Escola Paulista da Magistratura (biênio 2024/2025).

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mônica de Almeida Magalhães Serrano

Doutora em Direito Processual Tributário pela PUC/SP.

Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP.

Graduada pela PUC/SP. Conselheira da EPM, biênio 2022/2023.

Coordenadora da área de Direito Tributário da EPM.

Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Richard Pae Kim

Pós-doutorado em Políticas Públicas pela Unicamp.

Pós-doutorando em Gestão na área da Saúde pela Faculdade de Medicina da USP.

Doutor e mestre em Direito pela USP.

Conselheiro do CNJ e supervisor do Fonajus (2021-2023).

Professor do curso de mestrado em Direito Médico da Unisa.

Juiz substituto em 2º grau do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Amostra

SOBRE OS AUTORES

Agamenon Alcântara Moreno Júnior

Mestre em Direito pela UERJ.

Especializações em Direito Administrativo pela PUC-MG e em Direito Público pela Faculdade Damásio e MBA em Poder Judiciário pela FGV Direito Rio.

Graduado pela UFMT.

Juiz do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Aléxia Domene Eugenio

Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Internacional Signorelli. Juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Ana Claudia Brandão de Barros Correia

Pós-doutora pela Universidade de Salamanca, Espanha.

Doutora e mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.

Estágio de doutorado na Queen Mary University of London (Inglaterra)

Juíza do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Clenio Jair Schulze

Doutor e mestre em Ciência Jurídica pela Univali.

Pós-graduado em Justiça Constitucional pela Universidade de Pisa (Itália).

Juiz federal em Santa Catarina.

Daiane Nogueira de Lira

Doutoranda em Direito do Estado na USP

Mestre em Direito e Políticas Públicas pela UniCEUB.

Supervisora do Fonajus do CNJ. Conselheira do CNJ.

Advogada da União.

Diego Viegas Veras

Juiz federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Éuric Khaúri Oliveira Cassiano

Graduando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Estagiário.

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE PÚBLICA E SUPLEMENTAR

Fabio Fresca

Mestre pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).
Mestrando em Giustizia Costituzionale e Diritti Umani pela Universidade di Bologna (Itália).
Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Georghio Alessandro Tomelin

Doutor em Direito do Estado pela USP.
Doutor em Filosofia pela PUC-SP.
Coordenador do mestrado em Direito Médico da Universidade Santo Amaro.
Membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.
Advogado.

Grace Anny de Souza Monteiro

Juíza federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em auxílio no Superior Tribunal de Justiça.

Graciela Amaya

Pós-graduada em Economia pela FGV. MBA em Comércio Internacional pela FEA-USP.
Mestre em Direito Médico pela Universidade Santo Amaro.
Advogada, economista e administradora.

Guilherme Cavalcanti Lamêgo

Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Henriqueta Fernanda C. A. Ferreira Lima

Doutoranda em Direito no Ceub e em Estudo de Cultura Contemporânea na UFMT.
Mestre em Ciências Jurídicas pela Unicesumar. Especialista em Direito Público pela Esmape.
Graduada em Direito pela UCPE e em Ciências Sociais pela UFPE.
Juíza do Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

José Antonio Dias Toffoli

Ministro do Supremo Tribunal Federal.

José Antonio Tedeschi

Mestre em Direito Médico pela Universidade Santo Amaro.
Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Itu.
Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo.,

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE PÚBLICA E SUPLEMENTAR

Juan Paulo Haye Biazevic

Doutor e mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela USP.
Professor universitário.
Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Kleber Leles de Souza

Juiz de Direito no estado de São Paulo.

Luiz Fernando Silva Oliveira

Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP.
Especialista em Direito Econômico e Negocial pela EPM.
Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Marco Antonio Martin Vargas

Doutorando no Programa de Administración, Hacienda y Justicia en el Estado Social na Universidad D Salamanca.
Mestre em Direito Político e Econômico pelo Mackenzie.
Especialista em Direito Penal pela EPM.
Professor.
Juiz substituto em 2º grau do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mônica de Almeida Magalhães Serrano

Doutora em Direito Processual Tributário pela PUC/SP.
Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP.
Graduada pela PUC/SP. Conselheira da EPM, biênio 2022/2023.
Coordenadora da área de Direito Tributário da EPM.
Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Patricia Bueno Scivittaro

Especialista em Direito Público pela EPM.
Especialista em Processos Estruturais e Regime de Precedentes de Demandas e Recursos Repetitivos pela Enfam.
Bacharel em Direito pela PUC-SP.
Professora assistente da EPM.
Juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Richard Pae Kim

Pós-doutorado em Políticas Públicas pela Unicamp.
Pós-doutorando em Gestão na área da Saúde pela Faculdade de Medicina da USP.
Doutor e mestre em Direito pela USP.
Conselheiro do CNJ e supervisor do Fonajus (2021-2023).